

ADMINISTRAÇÃO

Limitações para aplicar a lei

Embora a eficiência seja um dispositivo constitucional, questões estruturais do país impedem sua aplicação, dizem palestrantes

» FERNANDA STRICKLAND
» PEDRO JOSÉ*

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Mauro Mendes, governador de Mato Grosso: o Brasil tem rumo, mas precisa necessariamente colocar a eficiência no centro das decisões

A melhoria da gestão pública foi apontada como condição essencial para o avanço econômico e social do Brasil durante o segundo painel “Infraestrutura e Inovação: Boas Práticas na Administração Pública”, promovido, ontem, pelo Grupo de Líderes Empresariais (Lide) em parceria com o **Correio Braziliense**, em Brasília. O governador de Mato Grosso, Mauro Mendes, fez críticas ao modelo de gestão pública brasileiro e apontou a ineficiência como principal entrave ao desenvolvimento.

“O grande problema deste país está na ineficiência do setor público brasileiro”, afirmou. Para Mendes, essa deficiência estrutural se manifesta em áreas como saúde, Justiça e infraestrutura, incluindo o acúmulo de processos judiciais e o elevado número de obras paralisadas.

O governador destacou que, embora o princípio da eficiência tenha sido introduzido na Constituição em 1998, sua aplicação ainda é limitada. Segundo ele, ao contrário de outros princípios administrativos, a ineficiência raramente resulta em responsabilização de gestores.

Mendes citou que no setor privado a eficiência é considerada essencial para a sobrevivência das organizações. Nesse contexto, criticou a escolha de gestores sem critérios técnicos ou experiência comprovada. O governador citou a China como exemplo de país que avançou ao priorizar eficiência e meritocracia na gestão pública. Ele também demonstrou preocupação com o cenário fiscal brasileiro, destacando o impacto da dívida pública sobre a capacidade de investimento do Estado.

Ao final, Mendes reforçou a importância de mudanças estruturais para o futuro do país. “Eu tenho certeza de que o Brasil tem rumo, mas passa necessariamente por colocar a eficiência no centro das decisões”, concluiu. O evento evidenciou consenso entre lideranças sobre a necessidade de aprimorar a gestão pública como condição para destravar investimentos, melhorar serviços e promover o desenvolvimento sustentável no Brasil.

O governador defendeu ainda reformas administrativas que permitam maior flexibilidade e meritocracia no serviço público.



Antonio Anastasia: as demandas do país passam pela boa gestão

Ao final, Mendes citou ações implementadas em Mato Grosso como exemplos de melhoria na gestão, incluindo investimentos em infraestrutura e avanços na área

fiscal. Segundo ele, mesmo com limitações impostas por legislações federais, o estado conseguiu ampliar a eficiência e acelerar obras públicas.



Gustavo Montezano: existem avanços em projetos de infraestrutura

Apesar das críticas, o governador afirmou manter otimismo em relação ao futuro do país, desde que haja uma mudança consistente na forma como a administração

pública é conduzida. “Eu tenho certeza que o Brasil tem rumo, mas passa necessariamente por colocar a eficiência no centro das decisões”, concluiu.

Prioridade absoluta

Já o ministro do Tribunal de Contas da União, Antonio Anastasia, afirmou que o país precisa tratar o tema como prioridade “absoluta”. Segundo ele, não há avanço consistente sem uma administração eficiente. “Tudo depende de gestão: educação, saúde, infraestrutura, meio ambiente e assistência social”, declarou.

O ministro observou que, historicamente, a gestão pública foi tratada como tema secundário dentro da estrutura governamental, chegando a ser negligenciada em diferentes períodos. Apesar de reconhecer uma mudança gradual nesse cenário, ele defendeu um esforço mais amplo para consolidar a administração como eixo estruturante das políticas públicas.

Ao abordar a área de infraestrutura, Anastasia destacou que, ao longo do século XX, o Estado brasileiro teve maior capacidade de investimento e execução de grandes projetos. Esse cenário, segundo ele, foi alterado por fatores como a limitação fiscal e a perda de protagonismo do setor público na inovação administrativa. “O setor público não teve a agilidade necessária para acompanhar essas transformações”, afirmou.

O ministro também criticou o que classificou como excesso de controle na administração pública, associado ao desenho constitucional, que teria gerado insegurança jurídica. “Não há nada mais nocivo para a infraestrutura do que a insegurança jurídica”, disse, ao mencionar os impactos sobre contratos de longo prazo.

Apesar disso, ele apontou avanços recentes, especialmente em mudanças legislativas que contribuíram para melhorar o ambiente de negócios e fortalecer a cooperação entre os setores público e privado. Anastasia destacou ainda a importância de novas abordagens, como o foco em resultados e a busca por soluções consensuais para reduzir conflitos.

Dados apresentados durante sua fala reforçam o tamanho do desafio: cerca de 100 milhões de ações judiciais em tramitação e aproximadamente 14 mil obras paralisadas com recursos federais. Para ele, esse cenário evidencia a necessidade de reduzir litígios e aprimorar a gestão.

Segundo o ministro, o próprio TCU tem adotado uma atuação mais preventiva e pedagógica, com foco na entrega de resultados.

Falta qualificação técnica

O debate sobre eficiência e modernização da gestão pública ganhou destaque com as contribuições do advogado Giuseppe Mendes e do executivo Gustavo Montezano, que abordaram, sob diferentes perspectivas, os desafios e avanços da administração pública brasileira. CEO do escritório Piniheiro & Mendes Advogados, Mendes defendeu a adoção estruturada de práticas de governança, transparência e meritocracia como pilares para melhorar a eficiência do setor público, com ênfase nos municípios.

Segundo ele, embora a implementação dessas ferramentas seja mais simples em níveis federal e estadual, as limitações técnicas e operacionais tornam o desafio mais complexo nas administrações municipais. O advogado ressaltou que a melhoria da gestão pública passa pela valorização técnica dos servidores e pela capacidade de execução das políticas.

Nesse sentido, destacou a necessidade de descentralizar decisões e ampliar a autonomia dos profissionais que atuam na ponta. “Não podemos pensar em governança sem a transferência de competência ao servidor público que

vai, na ponta, fazer com que esse programa passe a ser eficaz”, afirmou. Mendes também destacou o papel central da transparência. “Governança sem transparência inexistente”, disse, ao defender que a abertura de informações fortalece a confiança da sociedade e amplia o controle social sobre a administração pública.

Outro ponto abordado foi a adoção de critérios meritocráticos. Para ele, é necessário qualificar o serviço público com base em desempenho e resultados, evitando o uso político da máquina administrativa. “Temos que deixar de utilizar os servidores públicos como massa de manobra eleitoral e exercer com eles aquilo que nós utilizamos nas nossas companhias do setor privado”, declarou. Ao tratar da gestão, Mendes reforçou ainda a importância de indicadores: “Quem não mede não gere, e quem não gere inevitavelmente desperdiça”.

Ao final, o advogado defendeu uma mudança de foco no planejamento de políticas públicas, com maior atenção ao nível local. “Temos que sair dessa visão micro e passar a olhar para os municípios, porque é lá que encontraremos os próximos problemas”, concluiu.

Já o CEO da Yvy Capital e ex-presidente do BNDES, Gustavo Montezano, destacou o avanço do Brasil na estruturação de um modelo de governança em infraestrutura que, segundo ele, tem servido de referência para países emergentes. De acordo com Montezano, o país desenvolveu, ao longo da última década, práticas voltadas ao planejamento de longo prazo, organização de projetos e ampliação de parcerias público-privadas. “O que temos no Brasil, através do PPI e da governança em fábricas de projetos em diversos estados do governo federal, é um exemplo em nível internacional para países emergentes”, afirmou.

Ele relatou que esse modelo foi apresentado em encontros internacionais durante sua passagem pelo BNDES e despertou interesse de outras nações em desenvolvimento. “Apesar de termos muito o que evoluir, o eixo central e a espinha dorsal da mentalidade que estruturamos no Brasil nos últimos 10 anos é exemplo global para países emergentes”, disse.

O executivo também detalhou a evolução histórica do setor de infraestrutura no país, desde o período de predominância estatal no

pós-guerra até a ampliação da participação privada a partir dos anos 1990. Segundo ele, o modelo atual busca descentralizar investimentos e ampliar a entrada de novos agentes, com menor dependência de crédito subsidiado.

Montezano destacou ainda mudanças legais e regulatórias que aumentaram a segurança jurídica e facilitaram parcerias entre o setor público e privado. Para ele, esse ambiente tem atraído investidores internacionais, especialmente diante de características como previsibilidade de retorno e proteção contra a inflação. “Os investidores querem aplicar recursos por 10 ou 15 anos protegidos da inflação, e onde encontram isso? Na infraestrutura”, afirmou.

Ao abordar o cenário global, o executivo mencionou o potencial da América do Sul para captar novos fluxos de capital e ressaltou as oportunidades brasileiras, em razão do histórico de baixo investimento no setor. “Por um lado, temos um país que durante décadas esteve subinvestindo em infraestrutura pública, mas uma boa oportunidade para empreendedores e investidores”, disse. Montezano concluiu

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Giuseppe Mendes: Governança sem transparência não existe

destacando o papel estratégico da infraestrutura no desenvolvimento econômico e social, associando os investimentos no setor à melhoria dos serviços públicos

e da qualidade de vida da população. (FS e PJ)

*Estagiário sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza